CONSELHO ESTADUAL PE EDUCAÇÃO

P A R E C E R   N° 1639/72

Aprovado por Deliberação

em 6/11/1972

PROCESSO N° 1921/72 CEE

INTERESSADO : VÂNIA NOGUEIRA DE MELO FRANCO

ASSUNTO : PEDIDO DE EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS REALIZADOS EM ESCOLA DE PAÍS ESTRANGEIRO.

CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU

RELATOR : CONSELHEIRO OLIVER GOMES DA CUNHA

HISTÓRICO:

De acordo com as indicações do requerimento constante no processo em apreço, VÂNIA NOGUEIRA DE MELO FRANCO, filha de Júlio Coutinho de Melo Franco e Glycia Nogueira de Melo Franco, nascida em 10 de fevereiro de 1956, em Belo Horizonte, Minas Gerais, portadora de Identidade n° 4.989.910, domiciliada e residente na Rua Avanhadava n° 575, dirige-se a este Conselho Estadual de Educação, a fim de requerer equivalência de estudos realizados em escola dos Estados Unidos da América do Norte, com o objetivo de prosseguir seus estudos neste segundo semestre, na 1ª série do Ensino de 2º Grau.

A requerente fez o Curso Primário, com 4 séries, no Instituto Imaculada Conceição, em São Paulo, SP. Fez, no Colégio Meira, também em São Paulo, o Curso Ginásial, com 4 séries, cada qual com as seguintes disciplinas: 1ª série - Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Musica e educação Moral e Cívica; 2ª série - Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Inglês e Musica; 3ª série - Português, Francês, Inglês, Matemática, História, Geografia, Desenho e Educação Moral e cívica; e 4ª série - Português, Francês, Inglês, Matemática, Ciências, História, Desenho e Educação Moral e Cívica.

A requerente frequentou, ainda, 6 meses da 1ª serie do 2º ciclo, na Red Oak Hlgh School, Red Oak, Texas, Estados Unidos da América do Norte, tendo cursado as seguintes matérias; Inglês I, Inglês IV, Historia da América+ Economia Doméstica II e Oratória.

Fazem parte do processo o Histórico Escolar e o Certificado de Conclusão do Curso Ginásial, bem como a Transcrição de Histórico

Escolar de curso secundário relativo aos estudos efetuados nos Estados Unidos da América do Norte.

FUNDAMENTAÇÃO:

A pretensão da requerente encontra amparo legal no Art. 100 da Lei Federal nº 4.024, de 20.12.1961 e em jurisprudência firmada por este Egrégio Conselho em casos análogos ou semelhantes, A documentação apresentada atende às exigências da Resolução CEE Nº 19/65.

CONCLUSÃO:

Face ao exposto, voto no sentido de que seja facultado à requerente prosseguir seus estudos no segundo semestre do corrente ano, na primeira série do ensino de 2º grau, na Escola onde estiver matriculada, a qual caberá assegurar-lhe assistência pedagógica didática necessária a sua adaptação. Quanto ao aproveitamento, faculta-se a redução de coeficientes, considerando-se as notas obtidas no segundo semestre, nas disciplinas lecionadas na mencionada série, computando-se, por outro lado, a sua frequência no estabelecimento estrangeiro.

São Paulo, 12 de outubro de 1972

a) Conselheiro Oliver Gomes da Cunha - Relator

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do VOTO do nobre Conselheiro.

Presentes os nobres Conselheiros: Arnaldo Laurindo, Eloysio Rodrigues da Silva, Lionel Corbeil, Oliver Gomes da Cunha e Guido G. Cavalcanti de Albuquerque.

Sala das Sessões da Câmara do Ensino do Segundo Grau, em 18 de outubro de 1972.

a) Conselheiro ARNALDO LAURINDO - Presidente,